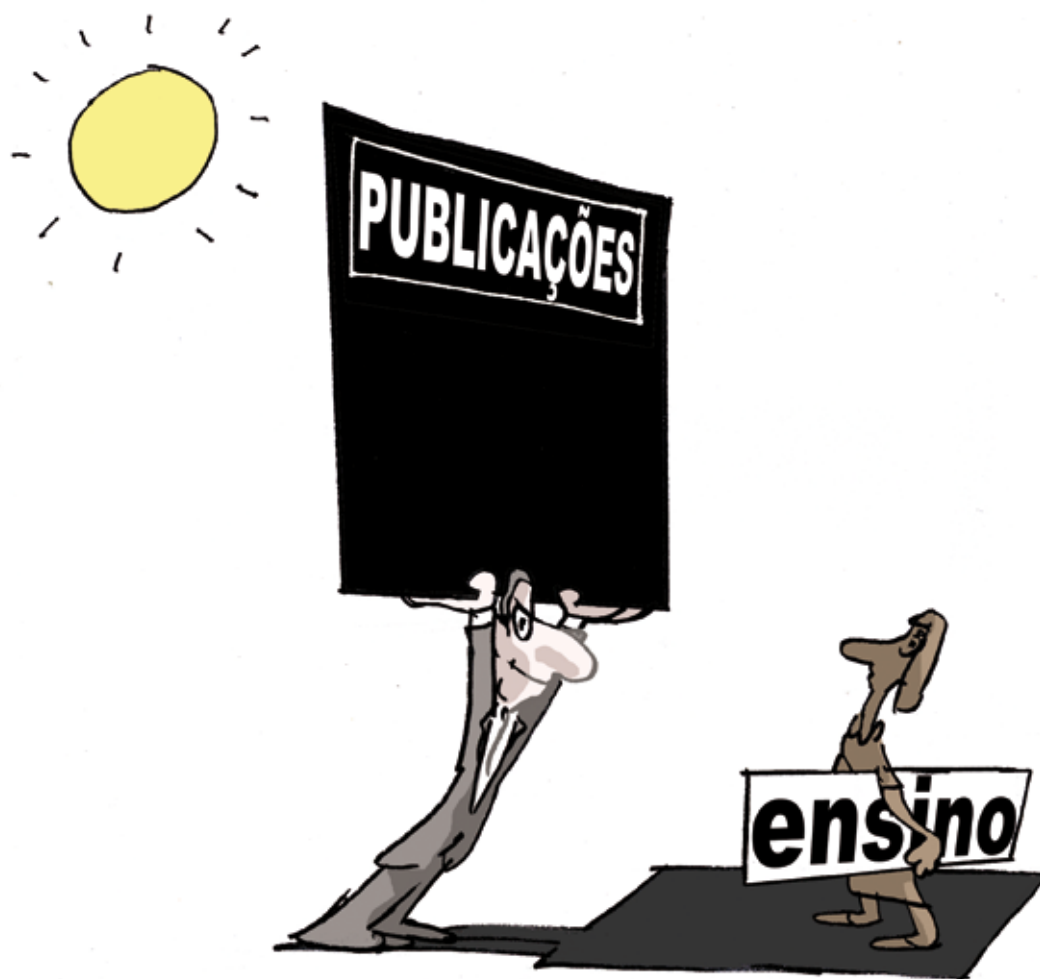


AVALIAÇÃO IRRACIONAL DA PESQUISA E ECLIPSE DA DOCÊNCIA NA USP

Marilena Chauí
Professora da FFLCH-USP



*Neste ensaio elaborado a pedido da Adusp, originalmente intitulado “Sobre as comissões de avaliação da USP” e apresentado em debate acerca da “Nova CPA” realizado em 16/9/16, a autora percorre os impactos do neoliberalismo no Estado e na sociedade, a conversão da ciência em “força produtiva” a serviço do capital e a metamorfose da universidade em “organização”, ou **universidade operacional**. Depois, examina em detalhe as irracionalidades contidas nos atuais indicadores de pesquisa — e propõe novos parâmetros de avaliação*

O que chamamos de neoliberalismo nasceu de um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, entre os quais Popper e Lippman, que, em 1947, reuniu-se em Mont Saint Pélérin, na Suíça, à volta do austríaco Hayek e do norte-americano Milton Friedman. Esse grupo opunha-se encarniçadamente ao surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo keynesiano e social-democrata e à política norte-americana do *New Deal*. Esse grupo elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o chamado Estado Providência com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a competição sem as quais não há prosperidade. Essas idéias permaneceram como letra morta até a crise capitalista do início dos anos 1970, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação. O grupo de Hayek, Friedman e Popper passou a ser ouvido com respeito porque oferecia a suposta explicação para a crise: esta, diziam eles, fôra causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado. Teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas e desencadeado os processos inflacionários incontroláveis.

Feito o diagnóstico, o grupo do Mont Pélérin propôs os remédios:

1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação anti-greve e vasto programa de privatização.

O modelo foi aplicado, primeiro, no Chile, depois na Inglaterra e nos Estados Unidos, expandindo-se para todo o mundo capitalista (com exceção dos países asiáticos) e depois da “queda do muro de Berlim”, para o leste europeu. Esse modelo político tornou-se responsável pela mudança da forma da acumulação do capital, hoje conhecida como “acumulação flexível” e que não havia sido prevista pelo grupo neoliberal. De fato, este propusera seu pacote de medidas na certeza de que abaxaria

a taxa de inflação e aumentaria a taxa do crescimento econômico. A primeira aconteceu, mas a segunda não, porque o modelo incentivou a especulação financeira em vez dos investimentos na produção; o monetarismo superou a indústria. Onde falar-se em “capitalismo pós-industrial”.

Quais os traços mais marcantes da forma atual do capitalismo?

1. O desemprego tornou-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão. Essa exclusão se faz não só pela introdução da automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão-de-obra que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas. Como consequência, tem-se a perda de poder dos sindicatos e o aumento da pobreza absoluta;

2. O monetarismo e o capital financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, o dinheiro. O poderio do capital financeiro determina, diariamente, as políticas dos vários Estados porque estes, sobretudo os do Terceiro Mundo, dependem da vontade dos bancos e financeiras de transferir periodicamente os recursos para um determinado país, abandonando outro;

3. A terceirização, isto é, o aumento do setor de serviços, tornou-se estrutural, deixando de ser um suplemento à produção porque, agora, a produção não mais se realiza sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que concentravam todas as etapas da produção — da aquisição da matéria prima à distribuição dos produtos — mas opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro. Como consequência, desaparecem todos os referenciais materiais que permitiam à classe operária perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas espalhadas pelo planeta;

4. A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade porque tornaram-se agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação;

5. Diferentemente da forma keynesiana e social-democrata que,

desde o pós-Segunda Guerra, havia definido o Estado como agente econômico para regulação do mercado e agente fiscal que emprega a tributação para promover investimentos nas políticas de direitos sociais, agora o capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização tanto de empresas quanto de serviços públicos também tornou-se estrutural. Disso resulta que a idéia de direitos sociais como pressuposto e garantia dos direitos civis ou políticos tende a desaparecer porque o que era um direito converte-se num serviço privado regulado pelo mercado e, portanto, torna-se uma mercadoria a que têm acesso apenas os que têm poder aquisitivo para adquiri-la;

6. A transnacionalização da economia faz com que o centro econômico, jurídico e político planetário encontre-se no FMI e no Banco Mundial, que operam com um único dogma, proposto pelo grupo fundador do neoliberalismo, qual seja: estabilidade econômica e corte do déficit público;

7. A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de mi-

séria absoluta, isto é, a polarização de classes aparece como polarização entre a opulência absoluta e a indigência absoluta. A diferença está apenas no número de pessoas que, em cada um deles, pertence a um dos “mundos”, em função dos dispositivos sociais e legais de distribuição da renda, garantia de direitos sociais consolidados e da política tributária (o grosso dos impostos não vem do capital, mas do trabalho e do consumo).

Em resumo, o neoliberalismo é decisão de investir o fundo público no capital e privatizar os direitos sociais, de maneira que podemos definir o neoliberalismo como alargamento do espaço privado dos interesses de mercado e encolhimento do espaço público dos direitos.

A este conjunto de condições materiais precariamente esboçado aqui, corresponde um imaginário social ou uma ideologia que busca justificá-las (como racionais), legitimá-las (como corretas) e dissimulá-las enquanto formas contemporâneas da exploração e dominação. Essa ideologia toma como o ser da realidade a fragmentação econômico-social e a compressão espaço-temporal gerada pelas novas tecnologias e pelo percurso do capital financeiro. Essa ideologia, usando a

A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade porque tornaram-se agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação

imagem da meritocracia, correspondendo a uma forma de vida determinada pela insegurança e violência institucionalizada pelo mercado. Essa forma de vida possui quatro traços principais: 1) a insegurança, que leva a aplicar recursos no mercado de futuros e de seguros; 2) a dispersão, que leva a procurar uma autoridade política forte, com perfil despótico; 3) o medo, que leva ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família, e ao retorno das formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião; 4) o sentimento do efêmero e da destruição da memória objetiva dos espaços levando ao reforço de suportes subjetivos da memória (diários, biografias, fotografias, objetos), pois o paradigma do consumo tornou-se o mercado da moda, veloz, efêmero e descartável; 5) relega à condição de mitos totalitários os conceitos que fundaram e orientaram a modernidade: as idéias de racionalidade, universalidade, o contraponto entre necessidade e contingência, os problemas da relação entre subjetividade e objetividade, a história como dotada de sentido imanente, a diferença entre Natureza e cultura, etc. A ideologia neoliberal realiza três grandes inversões: substitui a lógica da produção pela da circulação; substitui a lógica do trabalho pela lógica da informação; e substitui a lógica da luta de classes pela lógica da satisfação-insatisfação dos indivíduos no consumo.

É este o projeto para o Brasil iniciado nos governos de FHC, recusado pela sociedade brasileira em quatro eleições seguidas, e que agora, à revelia das eleições presi-

denciais de 2014, é retomado pelo governo de Michel Temer, cujo pressuposto ideológico básico é a afirmação de que todos os problemas e malefícios econômicos, sociais e políticos do país decorrem da presença do Estado não só no Setor de Produção para o mercado, mas também nos Programas Sociais, donde se conclui que todas as soluções e todos os benefícios econômicos, sociais e políticos procedem da presença das empresas privadas no Setor de Produção e no dos Serviços Sociais. Em outras palavras, o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da República. Isso transparece claramente na substituição do conceito de *direitos* pelo de *serviços*, que leva a colocar *direitos sociais* (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de *serviços privados*.

Na atual linguagem do Estado, as universidades, as escolas técnicas, os museus e os centros de pesquisa são considerados *organizações sociais* prestadoras de serviços ao Estado e com ele celebram “contratos de gestão”. Essa definição da universidade é o princípio que guia as ações propostas pela Reitoria da USP, que confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária, e introduz no léxico universitário termos como qualidade e avaliação e flexibilização da universidade.

Autonomia universitária: é a gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou

não renovação do contrato. A autonomia universitária se reduz, portanto, ao gerenciamento empresarial da instituição, e a responsabilidade do Estado é a mesma que tem, por exemplo, com as empresas encarregadas do recolhimento do lixo. A “autonomia” prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem “autonomia” para “captar recursos” de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas. Cria-se também um Fundo de Apoio Universitário, com recursos públicos que podem ser repassados a qualquer universidade, desde que ela se apresente como prestadora de serviços e cumpridora das cláusulas do contrato de gestão.

Flexibilização: é o corolário da “autonomia”. “Flexibilizar” significa: 1) eliminar o regime único, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por “contratos flexíveis”, isto é, temporários e precários; 2) simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para proteção das chamadas “outras fontes de financiamento”, que não pretendem ser publicamente expostas e controladas); 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais do mercado, isto é, às demandas das empresas; 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos de pesquisa.

Qualidade: é definida como competência e excelência, tendo como critério seu “atendimento às ne-

cessidades de modernização da economia e desenvolvimento social”; e é medida pela produtividade. A produtividade, que mede a qualidade, é orientada por três critérios: *quanto* a universidade produz, *em quanto tempo* produz e qual o *custo* do que produz. Em outras palavras, os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que orientarão os contratos de gestão. Observa-se que a pergunta pela produtividade não indaga: o que se produz, como se produz, para que ou para quem se produz. Ora, nos documentos da Reitoria a docência não entra na medida da produtividade e, portanto, não faz parte da qualidade universitária, o que, aliás, justifica a proposta de mudanças na carreira através de um vocabulário vago e impreciso, qual seja, “segundo as normas que regem a atividade docente”, sem que saibamos que normas são essas, ou seja: não há definição de critérios para “medir” a qualidade da docência.

Avaliação: é o corolário da “qualidade”. Sobre isso voltarei mais adiante. Flexibilização, qualidade e avaliação significam uma mutação a respeito do próprio conceito de universidade, que deixa de ser tomada como instituição social e passa a ser considerada uma organização social.¹

De fato, desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma **instituição social**, isto é, uma *ação* social, uma *prática* social fundada no re-

conhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade europeia tornou-se inseparável das ideias de *formação, reflexão, criação e crítica*. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa ideia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como ideia reguladora, nem pôde furtar-se a responder, afirmativa ou negativamente, ao ideal socialista. Numa palavra, por ser uma instituição social, a universidade não pode colocar-se à margem da luta de classes nem das questões ideológicas que, sabemos, são sua questão própria, pois cabe-lhe indagar qual o lugar das ideias no processo da produção material da sociedade.

Ora, que significa passar da condição de instituição social à de organização?

Uma **organização** difere de uma instituição porque se define por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe.

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como

1 Essa distinção é feita por Michel Freitag em *Le naufrage de l'université*, obra em que é empregada a expressão *universidade operacional*, que usaremos a seguir.



dado bruto sua inserção num dos polos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Como foi possível passar da ideia da universidade como instituição social à sua definição como organização social?

Como enfatizou a Escola de Frankfurt, o movimento do capital tem a peculiaridade de transformar toda e qualquer realidade em objeto e para o capital, convertendo tudo em mercadoria destinada ao mercado e por isso mesmo produzindo um sistema universal de equivalências, próprio de uma formação

social baseada na troca de equivalentes ou na troca de mercadorias pela mediação de uma mercadoria, o dinheiro como equivalente universal. A prática contemporânea da administração parte de dois pressupostos: o de que toda dimensão da realidade social é equivalente a qualquer outra e por esse motivo é administrável de fato e de direito, e o de que os princípios administrativos são os mesmos em toda parte porque todas as manifestações sociais, sendo equivalentes, são regidas pelas mesmas regras. Em outras palavras, a administração é percebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de

conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. Uma sociedade de mercado produz e troca equivalentes e suas instituições são, por isso mesmo, equivalentes também. É isso que se costuma batizar de “tecnocracia”, isto é: aquela prática que julga ser possível dirigir a universidade segundo as mesmas normas e os mesmos critérios com que se administra uma montadora de automóveis ou uma rede de supermercados.

A prática administrativa se reforça e se amplia à medida que o modo de produção capitalista, por exigências da acumulação e da re-

produção do capital, fragmenta todas as esferas e dimensões da vida social, desarticulando-as e voltando a articulá-las por meio da administração. Essa rearticulação transforma uma instituição social numa *organização*, isto é, numa entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais se dá por meio da competição.

A passagem da USP à condição de organização administrada e administrativa assume a forma do que designamos como a *universidade operacional*, que, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Isso explica a linguagem dos documentos das comissões criadas pela atual Reitoria que se referem a *planos estratégicos* com normas e regras voltados para a eficácia organizacional e para a homogeneidade das práticas acadêmicas, portanto, definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual.

Que se entende por docência e pesquisa, numa universidade operacional?

A docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência, ricos em ilustrações e com duplicata em suportes eletrônicos. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo,

jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adstramento. Desaparece, portanto, a marca essencial da docência: a *formação*.

A desvalorização da docência significaria, compensatoriamente, a valorização excessiva da pesquisa? Teria esta assumido o lugar formador, que antes cabia à docência? Ora, o que é a pesquisa numa universidade operacional?

Numa organização, uma “pesquisa” é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. Em outras palavras, uma “pesquisa” é um *survey* de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização do objetivo, e um cálculo de meios para soluções parciais e locais de problemas e obstáculos locais. Pesquisa, ali, não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que realizar-se. Em contrapartida, no jogo estratégico da competição no mercado, a organização se mantém e se firma se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos micro-problemas, sobre os quais o controle parece ser cada vez maior. A fragmentação, condição de so-

brevidade da organização, torna-se real e propõe a especialização como estratégia principal.

Compreende-se, então, o que vem acontecendo com a pesquisa, à medida que vai sendo fragmentada em micro-problemas. Começa-se dizendo que uma pesquisa não tem como realizar-se por um único pesquisador, mas este precisa estar associado a outros que tratam dos micro-problemas envolvidos pelo problema a ser pesquisado. A associação dos pesquisadores não é definida pela própria pesquisa, mas por seu tratamento administrativo sob a forma de “linha de pesquisa”, na qual os pesquisadores operam como na antiga fábrica fordista, isto é, são postos na linha de montagem, contribuindo com alguma pecinha muito especializada para a fabricação do artefato.

Como se dá a definição da “linha de pesquisa”? De duas maneiras principais: 1) ou pelo ajuntamento de docentes-pesquisadores que trabalham numa mesma disciplina e foram informados de que, se formarem um grupo, núcleo ou centro, terão subvenções (contratos de gestão) para seus trabalhos; 2) ou porque um notável consegue uma “parceria” com uma empresa que encomenda uma “pesquisa”, isto é, uma estratégia de intervenção e de controle sobre alguma coisa. Em outras palavras, as “linhas de pesquisa” são, de um lado, maneiras de conseguir subvenção, recursos e complementação salarial, e, de outro lado, exprimem a idéia organizacional da “pesquisa” como delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle. É

evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada pela idéia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido. E é evidente também que os responsáveis pela “linha de pesquisa” não sejam pesquisadores e sim gestores de contratos e programas e que saibam ser “flexíveis” para mudar o curso da “pesquisa” quando assim for necessário.

Em suma, se por pesquisa entendermos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação; se por pesquisa entendermos o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito; se por pesquisa entendermos uma visão compreensiva de totalidades e sínteses abertas que suscitam a interrogação e a busca; se por pesquisa entendermos uma ação civilizatória contra a barbárie social e política, então, é evidente que não há pesquisa numa universidade operacional.

Os documentos das comissões da Reitoria evidenciam que é neste quadro da universidade operacio-

nal que se propõe fazer a avaliação e definir a carreira universitária.

Não examinarei os detalhes das propostas da Reitoria, nem as questões referentes à carreira, pois os colegas que me antecederam nos debates anteriores e a *Revista Adusp* já examinaram todos os detalhes desastrosos do que está sendo proposto. Quero, porém, fazer duas observações gerais:

1) vocês devem ter notado que as comissões nomeadas pelo reitor se referem aos seus trabalhos usando a palavra *missão*. Essa palavra tem três sentidos conforme a época histórica de seu emprego. Inicialmente foi empregada por Carlos Magno que se apropriou de um procedimento do império romano, que enviava os *missi*, emissários, encarregados da cobrança de taxas e impostos — eram emissários do imperador para fazer cumprir suas ordens, eis porque a Adusp tem insistido no caráter autoritário da formação e ação dessas comissões. Como a função dos *missi* também era militar, de imposição da ordem em regiões de conflito, a palavra *missão* é até hoje empregada num segundo sentido: é usada por forças armadas e policiais para significar uma operação de ataque a alvos pré-determinados com a

finalidade de destruí-los. Não por acaso, nos documentos da Reitoria a palavra *missão* vem sempre acompanhada de uma outra, própria do vocabulário da ação militar, qual seja planejamento estratégico. Finalmente, o terceiro sentido dessa palavra se encontra em seu emprego pelas empresas para encobrir que sua atividade é puramente mercantil e apresentar-se como dedicação e serviço ao público. É, pois, compreensível que na sociedade neoliberal e na universidade operacional os dirigentes se refiram à suas ações como missões. Se não soubéssemos que estamos diante da universidade administrada e empresarial, bastaria vermos a palavra *missão* para imediatamente sabermos do que se trata.

2) minha segunda observação, embora não afaste as análises da Adusp sobre o autoritarismo, vai ainda numa outra direção. As mudanças propostas definem formas de institucionalização da vida e da prática universitárias. Ora, a maneira como estão sendo encaminhadas indicam a enorme fragilidade institucional dessas ações, pois dependem de um reitor com mandato de quatro anos e de comissões diretamente nomeadas por ele e cuja existência termina

Se por pesquisa entendermos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação; ... o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito; ... uma ação civilizatória contra a barbárie social e política — então, é evidente que não há pesquisa numa universidade operacional

com o término de sua gestão. Isto significa que, amanhã, mudanças que afetaram profundamente a docência, a pesquisa, a extensão e as carreiras podem perder a validade e lançar a USP no caos. Se as comissões tivessem sido eleitas pela comunidade acadêmica, se dela tivessem recebido propostas e mandatos, sua força institucional seria considerada não apenas legítima, mas também independente da duração dos mandatos dos reitores. Refiro-me, portanto, não apenas à fragilidade dessa institucionalização, mas sobretudo ao fato de que ela se configura como uma aventura irresponsável, pois não é medida pela longa duração de uma instituição social e sim pelo caráter efêmero e volátil próprio de uma organização social.

Todos nós reconhecemos e defendemos a necessidade da avaliação das atividades universitárias: 1. para orientar a política universitária do ponto de vista de um saber da universidade sobre si mesma, de seu modo de inserção na sociedade e significado de seu trabalho, e para reorientação de programas e projetos; 2. para orientar a análise técnica dos problemas operacio-

nais e financeiros, suprir carências, atender demandas, quebrar bolsões de privilégios e de inoperância; 3. para a prestação de contas devida aos cidadãos.

Ora, a “avaliação” que está sendo proposta não cumpre nenhuma dessas três finalidades porque, paradoxalmente, a universidade, centro de investigação onde tudo quanto existe deveria transformar-se em objeto de conhecimento, está sendo forçada a renunciar a colocar-se a si mesma como objeto de investigação, criando métodos próprios que permitam elaborar técnicas específicas de auto-avaliação. Em vez disso, o padrão organizacional da pesquisa e os critérios que a avaliam pela produtividade quantitativa, pela competitividade, pela eficiência e pelo sucesso é a aceitação acrítica e perigosa de critérios não acadêmicos e sociais.

De fato, o que é a suposta avaliação trazida pelas comissões da Reitoria? 1. Empregando critérios que visam à homogeneidade, a avaliação despoja a universidade de sua institucionalidade própria, isto é: a diversidade e pluralidade de suas atividades, determinadas pela natureza própria dos objetos de pesquisa e de ensino, regidos por lógicas específicas, temporalidades e finalidades diferentes; 2. nada é

conseguido como auto-conhecimento da instituição, mas é promovida sua redução a funções operacionais e o resultado avaliativo aparece como um catálogo de atividades e publicações (acompanhadas de inexplicados conceitos classificatórios) que passa a orientar a alocação de recursos, vagas, concursos etc.; 3. a prestação de contas à sociedade não se cumpre porque tanto orçamentos quanto execuções orçamentárias são apresentados com os números agregados, sem explicitação de critérios, prioridades, objetivos e finalidades e sem explicitar publicamente os convênios privados (montante dos recursos, destinação, prazos das pesquisas, usos dos resultados etc).

Em geral, os critérios empregados para avaliar a chamada “excelência acadêmica” costumam ser identificados aos indicadores usados para medi-la, pois por “qualidade acadêmica” costuma-se entender o número de teses e de publicações, estágios no estrangeiro e participação em congressos, numa visão simplista da pesquisa, e deixando na sombra a docência, seus problemas e sua qualidade própria, uma vez que o ensino, como observamos, é, agora, considerado tarefa menor e de adestramento, sem qualquer papel formador.

Por “qualidade acadêmica” costuma-se entender o número de teses e de publicações, estágios no estrangeiro e participação em congressos, numa visão simplista da pesquisa, e deixando na sombra a docência, seus problemas e sua qualidade própria, uma vez que o ensino, como observamos, é, agora, considerado tarefa menor e de adestramento

A título de exemplo, a respeito de irracionalidades criadas pelos indicadores existentes, menciono:

1. *artigos x livros*: nas humanidades, os livros, mesmo os ensaísticos, são mais importantes do que os artigos isolados e o tempo para preparar e publicar um livro é muito maior do que para artigos. Ora, usando os critérios da universidade operacional e, nela, enfatizando os das áreas científico-tecnológicas, os artigos valem mais do que os livros e valem mais se publicados em revistas internacionais e não nas nacionais. Não bastasse isso, desconsidera-se a precariedade do mercado editorial brasileiro, com graves problemas técnicos para a edição e sobretudo para a distribuição, portanto, um pequeno número de livros e revistas não indica que não houve pesquisa, e sim que é possível não haver verba para publicar a revista e, no caso do livro, o autor pode estar na “fila de espera” de uma editora sem ter ideia de quanto a espera durará — o critério da publicação pode ser abstrato quando não leva em conta todas essas especificidades;

2. os problemas graves de infraestrutura são levados em conta para avaliar a universidade, em que bibliotecas, laboratórios, instrumentos de precisão, material para trabalho de campo, informatização não recebem verbas suficientes, de maneira que a avaliação, em lugar de estimular a concessão de verbas para infraestrutura, castiga cursos e áreas inteiras com uma avaliação “baixa”;

3. a ausência de diversificação dos critérios avaliativos também é irracional: por exemplo, nas áreas

de ciências básicas — exatas, naturais, humanas, letras e filosofia — o intercâmbio internacional é muito importante, mas seu grau de importância, de necessidade e de intensidade não é o mesmo em cada uma delas; se, para um químico ou um físico, é essencial ter sua pesquisa imediatamente publicada em periódicos internacionais, no caso das humanas, dependendo do assunto (por exemplo, um trabalho de História sobre a economia colonial; um estudo literário sobre Machado de Assis), a urgência não é tão grande, sendo muito mais importante torná-la imediatamente conhecida no Brasil — se a publicação internacional for um critério decisivo, como julgam alguns, a relevância de pesquisas básicas locais se perde;

4. a irônica perversidade de alguns critérios supostamente avaliativos: exemplo: o número de citações de um trabalho pode ser efetivamente um indicador da relevância e qualidade da pesquisa. Ora, como este critério passa a servir para determinar financiamentos, cargos, empregos melhores, os universitários norte-americanos passaram a duas atitudes: formar “grupos de citação recíproca” e “reciclar artigos” para serem citados novamente; mas, muito pior, passam a reduzir e restringir as áreas de pesquisa, mantendo apenas as já existentes, pois quando um campo novo está sendo aberto, não há como ter citações dos trabalhos porque são pioneiros e não há muita gente pesquisando o assunto — o critério da citação, que poderia ser um bom indicador, acaba oscilando entre a picaretagem e o modismo.

Quanto à docência, que poderíamos considerar elementos indispensáveis da excelência do trabalho docente? Pensamos que, entre outros aspectos, a docência excelente seria aquela que: 1) articula informação e formação; 2) inicia os estudantes nos clássicos, nos problemas e nas inovações da área; 3) varia e atualiza cursos, bibliografias, aproveitando os trabalhos de pesquisa que o professor está realizando (tanto para uma tese, um livro ou um artigo); 4) inicia no estilo e nas técnicas de trabalho próprios da área; 5) informa e forma novos professores ou profissionais não-acadêmicos da área; 6) dependendo da área, estimula os estudantes ao aprendizado de outras línguas e consegue que os departamentos de línguas ofereçam cursos aos estudantes; 7) luta por condições de infra-estrutura para os estudantes: bibliotecas, laboratórios, computadores, instrumentos de precisão, veículos para trabalho de campo etc.; 8) exige trabalhos escritos e orais contínuos dos estudantes, oferecendo-lhes uma correção explicativa de cada trabalho realizado, de tal modo que cada novo trabalho possa ser melhor do que o anterior, graças às correções, observações e sugestões do professor; 9) o professor incentiva os diferentes talentos, sugerindo trabalhos que, posteriormente, auxiliarão o estudante a optar por uma área de trabalho acadêmico, ou uma área de pesquisa ou um aspecto da profissão escolhida e que será exercida logo após a graduação — em suma: a docência forma novos docentes, incentiva novos pesquisadores ou prepara profissionalmente para atividades não-acadêmicas.

No caso da pesquisa, também poderíamos discutir o estabelecimento de alguns parâmetros, a partir de um conjunto de indagações sobre a qualidade desse trabalho. Assim, por exemplo, podemos indagar:

Os temas escolhidos são relevantes na área, seja porque enfrentam impasses e dificuldades teóricas e práticas nela existentes, seja porque inovam em métodos e resultados, abrindo caminho para novas pesquisas?

O pesquisador conhece as várias alternativas metodológicas e as implicações científicas, políticas e ideológicas de cada uma delas, de modo que, ao escolher a metodologia, o faz com conhecimento de causa?

O pesquisador conhece o estado da arte no tema que está pesquisando: as discussões clássicas e as discussões mais recentes sobre o assunto e a bibliografia clássica e atual sobre o assunto? O pesquisador dispõe de tempo para várias horas seguidas de trabalho? Recebe auxílio financeiro para isto?

O orientador estimula caminhos novos para seus orientandos e é cientificamente receptivo a conclusões, mesmo quando estas contrariem resultados e ideias a que ele próprio havia chegado em suas pesquisas? O orientador estimula estágios no estrangeiro, escolhendo os

locais onde, de fato, o tema trabalhado pelos orientandos tem sido objeto de pesquisas importantes? O orientador luta para que haja condições de infra-estrutura para o trabalho dos orientandos e o seu próprio? O orientador tem clareza da necessidade de diferenciar prazos para seus orientandos, em função do tema escolhido por eles, das diferentes condições de vida e trabalho dos orientandos, das dificuldades ou facilidades de expressão de cada um dos orientandos, da infra-estrutura e da bibliografia disponíveis para os diferentes trabalhos dos orientandos?

O orientador estimula a formação de pequenos grupos de discussão e de seminários de seus orientandos? O orientador respeita a pesquisa solitária, conforme o tipo de tema ou dos orientandos? O orientador não se apropria da pesquisa dos orientandos e não a publica em seu próprio nome? O orientador não explora os orientandos como força-de-trabalho?

A universidade reconhece a importância da pesquisa e cria condições para que se realize, se renove e se amplie (bibliotecas, laboratórios, instrumentos e equipamentos, intercâmbios nacionais e internacionais, verbas para publicação de

revistas, verbas para editora universitária, verba para co-edições com editoras comerciais, bolsas)?

O pesquisador pode contar com o reconhecimento público de seu trabalho, tanto pela publicação quanto pela utilização acadêmica, profissional ou social que dele é ou será feita? O pesquisador pode ter expectativa de reproduzir seu aprendizado e formar novos pesquisadores porque outras universidades do país poderão contratá-los, ou sua própria universidade tem uma previsão de ampliação dos quadros? O pesquisador tem clareza da diferença entre pesquisa e consultoria, pesquisa e assessoria?

Indagações como estas podem auxiliar-nos a formular um conceito geral da excelência na pesquisa e encontrar critérios qualitativos para avaliá-la. Aqui, sugerimos alguns:

1. **a inovação** - seja pelo tema, seja pela metodologia, seja pela descoberta de dificuldades novas, seja por levar a uma reformulação do saber anterior sobre a questão;

2. **a durabilidade** - a pesquisa não é servil a modismos e seu sentido não termina quando a moda acadêmica acabar porque não nasceu de uma moda;

3. **a obra** - a pesquisa não é um fragmento isolado de ideias que

No caso da pesquisa, poderíamos discutir o estabelecimento de alguns parâmetros ... O orientador respeita a pesquisa solitária, conforme o tema? O orientador não se apropria da pesquisa dos orientandos e não a publica em seu próprio nome? O orientador não explora os orientandos como força-de-trabalho? O pesquisador tem clareza da diferença entre pesquisa e consultoria?

não terão sequência, mas cria passos para trabalhos seguintes, do próprio pesquisador ou de outros, sejam seus orientandos, sejam os participantes de mesmo grupo ou setor de pesquisa; há obra quando há continuidade de preocupações e investigações, quando há retomada do trabalho de alguém por um outro, e quando se forma uma *tradição de pensamento* na área;

4. **dar a pensar** - a pesquisa faz com que novas questões conexas, paralelas ou do mesmo campo possam ser pensadas, mesmo que não tenham sido trabalhadas pelo próprio pesquisador; ou que questões já existentes, conexas, paralelas ou do mesmo campo possam ser percebidas de maneira diferente, suscitando um novo trabalho de pensamento por parte de outros pesquisadores;

5. **impacto ou efeito social, político ou econômico** - a pesquisa alcança receptores extra-acadêmicos para os quais o trabalho passa a ser referência de ação, seja porque leva à ideia de pesquisa aplicada, a ser feita por outros agentes, seja porque seus resultados são percebidos como direta ou indiretamente aplicáveis em diferentes tipos de ação;

6. **autonomia** - a pesquisa suscita efeitos para além do que pensara

ou previra o pesquisador, mas o essencial é que tenha nascido de exigências próprias e internas ao pesquisador e ao seu campo de atividades, da necessidade intelectual e científica de pensar sobre um determinado problema, e não por determinação externa ao pesquisador (ainda que outros sujeitos acadêmicos, sociais, políticos ou econômicos possam ter despertado no pesquisador a necessidade e o interesse da pesquisa, esta só consegue tornar-se excelente se nascida de uma exigência interna ao pensamento e à ação do próprio pesquisador);

7. **articulação de duas lógicas diferentes, a lógica acadêmica e a lógica histórica (social, econômica, política)** - a pesquisa inovadora, duradoura, autônoma, que produz uma obra e uma tradição de pensamento e que suscita efeitos na ação de outros sujeitos é aquela que busca responder às questões colocadas pela experiência histórica e para as quais a experiência, enquanto experiência, não possui respostas; em outras palavras, a qualidade de uma pesquisa se mede pela capacidade de enfrentar os problemas científicos, humanísticos e filosóficos postos pelas dificuldades da experiência de seu próprio tempo; quanto mais uma

pesquisa é reflexão, investigação e resposta ao seu tempo, menos perecível e mais significativa ela é;

8. **articulação entre o universal e o particular** - a pesquisa excelente é aquela que, tratando de algo particular, o faz de tal maneira que seu alcance, seu sentido e seus efeitos tendam a ser universalizáveis — quanto menos genérica e quanto mais particular, maior possibilidade de possuir aspectos ou dimensões universais (por isso, e não para “contagem de pontos”, é que poderá vir a ser publicada e conhecida internacionalmente, quando o tempo dessa publicação surgir). Onde a preocupação que os orientadores deveriam ter com o momento em que os estudantes escolhem um tema de iniciação à pesquisa, que antecipa o futuro mestrado e o futuro doutorado, de modo o que o primeiro tema fosse um exercício preparatório para as escolhas seguintes, garantindo, ao final do percurso, um novo pesquisador em condições de realizar novos trabalhos nos quais a articulação entre o particular e o universal se tornem perceptíveis para ele por haver aprendido, na iniciação e no mestrado, a trabalhar sobre o particular com rigor e originalidade.